

**Direcção Geral das Alfândegas****2.ª Repartição**

O Governo da República Portuguesa, atendendo ao que lhe foi representado pelo comércio do concelho de Vila do Porto, ilha de Santa Maria, distrito de Ponta Delgada, há por bem determinar, nos termos do artigo 81.º do decreto com força de lei, n.º 1, de 27 de Maio de 1911, que o posto de despacho de 2.ª classe da vila da mesma denominação, seja elevado à 1.ª classe. Ministério das Finanças, em 20 de Junho de 1912.—O Ministro das Finanças, *António Vicente Ferreira*.

**Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas**

Tendo transitado para este Ministério o processo relativo à liquidação das extintas Companhias do Grão Pará e Maranhão, Pernambuco e Paraíba, e sendo necessária a adopção de providências tendentes a liquidar os valores das referidas Companhias, convido para isso nomear uma junta composta de indivíduos com competência técnica, visto ser necessária a consulta dum largo arquivo comercial, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, nomear para esse fim, servindo nas mesmas condições em que serviram os anteriores membros da junta, mas com obrigação de, após um ano de nomeação, apresentarem ao Governo um relatório circunstanciado da situação em que se encontrem os valores por liquidar e propondo as providências que tenham por convenientes, os seguintes indivíduos: José de Campos Pereira, Elisiário de Sousa Reis e João António de Araújo, servindo o primeiro de presidente e o último de secretário.

Paços do Governo da República, em 21 de Junho de 1912.—O Ministro das Finanças, *António Vicente Ferreira*.

**Conselho Superior da Administração Financeira do Estado****Secretaria Geral****2.ª Repartição****1.ª Secção**

Nos termos do regimento e para os efeitos legais publicam-se, por extracto, os seguintes acórdãos:

Processo n.º 1:150.—Relator o Ex.º Vogal Sousa da Câmara.—Responsável Casimiro Eugénio de Sousa Cabral, na qualidade de recebedor do concelho de Alijó, desde 1 de Julho de 1905 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	60:283\$887
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	23:262\$849
Documentos de cobrança da Câmara Municipal . . .	8:415\$321
Valores selados . . .	6:479\$867
Dinheiro do Tesouro . . .	482\$285
Dinheiro da Câmara Municipal . . .	11\$391
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>98:935\$600</b>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:174.—Relator o Ex.º Vogal João Evangelista Pinto de Magalhães.—Responsável António Faustino dos Santos Crespo Júnior, na qualidade de recebedor do concelho de Porto de Mós, desde 1 de Julho de 1908 até 30 de Junho de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	14:070\$935
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	3:760\$600
Valores selados . . .	2:926\$669
Papéis de crédito do Tesouro . . .	1:810\$000
Dinheiro do Tesouro . . .	161\$956
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>22:730\$160</b>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:175.—Relator o Ex.º Vogal Manuel de Sousa da Câmara.—Responsável Firmino Afonso Machado e Costa, na qualidade de recebedor do concelho de Ribeira da Pena (Vila Rial), desde 1 de Julho de 1908 até 25 de Agosto de 1908, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	3:464\$685
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	1:560\$028
Selos para aposentação das classes operárias . . .	91\$700
Valores selados . . .	1:268\$024
Dinheiro do Tesouro . . .	2:270\$198
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>8:654\$635</b>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:144.—Relator o Ex.º Vogal José Tristão Paes de Figueiredo.—Responsável Luís Eduardo

Jaques de Salis, na qualidade de recebedor do concelho do Cadaval, desde 1 de Julho de 1905 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	11:299\$055
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	3:959\$966
Valores selados . . .	934\$625
Dinheiro do Tesouro . . .	595\$982
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>16:789\$628</b>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 782.—Relator o Ex.º Vogal Dr. Aresta Branco.—Responsável Vitorino dos Santos Pereira, na qualidade de encarregado da estação telégrafo-postal de Cortegana, desde 1 de Julho até 23 de Outubro de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo de 24 de Fevereiro de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Selos e mais fórmulas de franquia . . .	5\$000
Selos de porteado . . .	1\$000
Depósito e adiantamentos . . .	2\$000
Rendimento telegráfico nacional . . .	1\$330
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>9\$330</b>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:169.—Relator o Ex.º Vogal João Evangelista Pinto de Magalhães.—Responsável António Cursino Caldeira, na qualidade de recebedor do concelho da Guarda, desde 1 de Julho de 1906 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	31:662\$406
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	13:210\$889
Valores selados . . .	16:947\$450
Dinheiro . . .	883\$302
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>62:704\$047</b>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:173.—Relator o Ex.º Vogal José de Cupertino Ribeiro Júnior.—Responsável Pedro Borges Bandeira, na qualidade de recebedor do concelho de Mortágua, desde 1 de Julho de 1906 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	4:585\$641
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	1:144\$877
Valores selados . . .	1:901\$897
Dinheiro . . .	883\$802
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>8:516\$217</b>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:180.—Relator o Ex.º Vogal José de Cupertino Ribeiro Júnior.—Responsável a Associação Commercial do Porto, como administradora das obras da Bolsa, Tribunal do Comércio, Estação de Saúde do Porto e Posto Marítimo de Desinfecção em Leixões, pela sua gerência desde 1 de Julho de 1906 até 30 de Junho de 1908, foi julgada quite por acórdão definitivo de 8 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo em dinheiro de 9:426\$868 réis, que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:148.—Relator o Ex.º Vogal Paes de Figueiredo.—Responsável António Jorge Branco, na qualidade de recebedor do concelho de Sobral de Monte Agraço, desde 1 de Julho de 1904 até 30 de Junho de 1905, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	6:388\$376
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	2:143\$003
Valores selados . . .	969\$055
Dinheiro do Tesouro . . .	919\$980
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>10:420\$414</b>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:170.—Relator o Ex.º Vogal Sousa da Câmara.—Responsável Joaquim António Nabais Caldeira, na qualidade de recebedor do concelho de Sabugal, desde 1 de Julho de 1905 até 30 de Junho de 1910, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	18:205\$756
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	8:353\$277
Documentos de cobrança da Câmara Municipal . . .	2:050\$987
Valores selados . . .	6:646\$630
Dinheiro do Tesouro . . .	1:492\$200
Dinheiro da Câmara Municipal . . .	1:620\$352
Papéis de crédito . . .	37:100\$000
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>75:469\$202</b>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:171.—Relator o Ex.º Vogal João José Dinis.—Responsável José Vicente Baptista Gonçalves, na qualidade de recebedor do concelho de Manteigas, desde 1 de Julho de 1905 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	3:159\$044
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	1:514\$794
Valores selados . . .	3:792\$571
Dinheiro do Tesouro . . .	1:121\$554
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>9:587\$963</b>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:124.—Relator o Ex.º Vogal José Tristão Paes de Figueiredo.—Responsável João Soares de Oliveira, na qualidade de encarregado da estação telégrafo-postal de Pessegueiro, desde 1 até 31 de Junho de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Selos e mais fórmulas de franquia . . .	14\$000
Selos de porteado . . .	1\$000
Em depósito e adiantamentos . . .	4\$000
Rendimento telegráfico nacional . . .	9\$190
Rendimento telegráfico internacional . . .	6\$705
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>34\$895</b>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:177.—Relator o Ex.º Vogal Dr. António Aresta Branco.—Responsável José Borges da Gama Júnior, na qualidade de recebedor do concelho de Santa Comba Dão, desde 1 de Julho de 1906 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	7:550\$297
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	2:537\$888
Valores selados . . .	3:589\$034
Dinheiro do Tesouro . . .	5:732\$767
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>19:409\$986</b>

que passou a débito da conta imediata.

1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 15 de Junho de 1912.—*Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire*, chefe de repartição.

**3.ª Secção**

Nos termos do regimento e para os efeitos legais publicam-se, por extracto, os seguintes acórdãos:

Processo n.º 1:185.—Relator o Ex.º Vogal Pinto de Magalhães.—Responsáveis os vereadores da Câmara Municipal do concelho da Horta, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1908, foram julgados quites por acórdão definitivo de 15 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes aplicações:

Em conta do município . . .	1:335\$433
Em conta de águas . . .	144\$770
Em conta de viação . . .	5\$870
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>1:486\$073</b>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:183.—Relator o Ex.º Vogal Nunes da Mata.—Responsável a Câmara Municipal do concelho do Funchal, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1907, foi julgada quite por acórdão definitivo de 15 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo com as seguintes aplicações:

Em conta do município . . .	3:715\$444
Em conta de viação . . .	271\$342
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>3:986\$786</b>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:153.—Relator o Ex.º Vogal Nunes da Mata.—Responsável a Câmara Municipal do concelho de Ribeira Grande, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1909, foi julgada quite por acórdão definitivo de 15 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo com as seguintes aplicações:

Em conta do município . . .	849\$372
Idem de viação . . .	334\$667
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>1:234\$039</b>

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:184.—Relator o Ex.º Vogal Cupertino Ribeiro.—Responsável a Câmara Municipal do concelho da Póvoa de Varzim, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1908, foi julgada quite por acórdão definitivo de 15 de Junho de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Em conta do município . . .	3:338\$043
Em conta de viação . . .	1:056\$266
<b>Total—Réis . . .</b>	<b>4:388\$309</b>

que passou a conta imediata.